

**DO
LUTO
À
LUTA:
VIOLÊNCIA
CONTRA
DEFENSORES
DE DIREITOS
HUMANOS
LGBTI+ NO
BRASIL**



DO LUTO À LUTA: VIOLÊNCIA CONTRA DEFENSORES DE DIREITOS HUMANOS LGBTI+ NO BRASIL

Esse dossiê foi elaborado pela Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos (ABGLT) com patrocínio do Tinder Brasil e Fundo Elas



expediente

ISBN Nº

978-65-995271-0-4

Organização

Carlos Magno

Symmy Larrat

Leonardo Bittencourt

Revisão e Diagramação

Mariana Jorge

Textos

Symmy Larrat

Carlos Magno

Vitor Pelegrini

Érika Hilton

Bruna Benevides

Gustavo Coutinho

Ano

2021

apoio



Índice

APRESENTAÇÃO	4
UM CENÁRIO DA REALIDADE DAS LGBTQIA+ NO BRASIL	6
METODOLOGIA DO DOSSIÊ	9
ANÁLISE DOS CASOS	11
DEFENSORES DE DIREITOS HUMANOS ASSASSINADES EM 2020	12
DEFENSORES DE DIREITOS HUMANOS ASSASSINADES EM 2021	15
ASSASSINATOS EMBLEMÁTICOS DE DEFENSORES DE DIREITOS HUMANOS	18
LIBERDADE DE EXPRESSÃO	21
DIREITOS HUMANOS SÃO NOSSOS DIREITOS	24
O ASSASSINATO DE DEFENSORES DE DIREITOS HUMANOS TRANS	28
RECOMENDAÇÕES	33

APRESENTAÇÃO

A situação de constante violência que enfrenta a maioria da população as Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos/LGBTQIA+ no Brasil há tempos tem sido denunciada por um trabalho árduo das organizações da sociedade civil que buscam de informações na imprensa, internet e rede sociais.

O Brasil lidera o ranking de mortes de LGBTQIA+ no mundo: Os dados do grupo Acontece e do Grupo Gay da Bahia (GGB) apontam que só no ano de 2020 foram 237 mortes de LGBTQIA+ em território nacional, sendo 224 homicídios e 13 suicídios. Além disso, os dados da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), que há anos fazem produzir relatório de assassinatos, apontam que no mesmo período ocorreram 184 mortes de travestis e transexuais e 175 homicídios de gênero feminino.

No entanto, mesmo que esses dados revelam uma situação de extrema violência, não há até o momento nenhum dado governamental sobre esta situação, o que demonstra que os casos violência e de assassinatos nessa população tem sido negligenciada por parte do poder público.



Neste sentido, a ABGLT em realizou um levantamento de assassinatos de defensores de direitos humanos LGBTQIA+, pois as mortes desses militantes organizados ou não, para além do âmbito familiar, impactam diretamente o desenvolvimento das ações políticas locais e o movimento social LGBTQIA+ como todo. Um ataque contra um defensor de direitos humanos não é uma violência meramente individual, mas o intento de extermínio de toda uma coletividade e de freio às lutas por direitos.

Para a construção do presente relatório, adotamos o entendimento das Nações Unidas que compreende defensores de direitos humanos como “pessoas físicas que atuam isoladamente, pessoa jurídica, grupo, organização ou movimento social que atue ou tenha como finalidade a promoção ou defesa dos direitos humanos”. Os defensores dos direitos humanos LGBTQIA+ lidam com quaisquer preocupações relacionadas com os direitos humanos, as quais podem ser diversificadas.

Neste relatório, sistematizamos 7 (sete) casos de mortes violentas de pessoas LGBTQIA+ que tinha uma visibilidade pública por sua atuação em defesa dos direitos humanos em vários âmbito da sociedade. Além disso, apresentamos uma reflexão sobre o contexto de ameaças e violência às parlamentares LGBTQIA+, especialmente, às travestis e transexuais.

É importante destacar que esse trabalho apresentado é apenas uma amostra deste grande problema social frente a insistente omissão do Estado. Pretendemos que seja um instrumento para visibilizar e denunciar esse quadro de extrema violência e insegurança que vivem os militantes LGBTQIA+, certamente, o trabalho não se encerra aqui, é preciso cada vez mais que as organizações de Direitos Humanos e do movimento social LGBTQIA+ possam coletar dados e sistematizar os casos, divulgá-los e exigir do Estado brasileiro ações concreta para mudar essa realidade.

UM CENÁRIO DA REALIDADE DAS LGBTQIA+ NO BRASIL

Por Symmy Larrat

Em 2019, mais de 300 defensores de direitos humanos foram mortos no mundo, sendo 23 deles no Brasil, segundo dados da ONG Front Line Defenders. A ONG Global Witness apontou que, em 2019, foram assassinados pelo menos 24 defensores do meio ambiente no Brasil, dentre eles 10 indígenas, colocando-nos no ranking como o 4º país mais violento do mundo para defensores e defensora de direitos humanos. Os assassinatos são parte mais extrema das violências que defensores e defensoras de Direitos Humanos sofrem, porém outras violências são registradas e constantes como os ataques físicos, prisões injustas, criminalização das práticas militantes e as ameaças de autoridades públicas e policiais a defensoras e defensores, entre outros.

Esse cenário não é novo, mas vem se intensificando com a crescente narrativa de criminalização dos movimentos sociais no Brasil pós eleição de 2018 quando o conservadorismo chega ao poder aliado a milícia, grilagem, agronegócio, extremistas religiosos e latifundiários, fato que foi denunciado pela ABGLT a Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos- CIDH-OEA.

A perseguição às organizações e as manifestações políticas são cada vez mais cotidianas em nosso país. Esta realidade tem em uma de suas estratégias

de linha de frente a narrativa da “Ideologia de Gênero” criada como o inimigo a ser vencido e que tem sido utilizada para retirar direitos e ameaçar conquistas e a própria existência das pessoas trans, não a toa vivenciamos a perseguição e ameaça contínuas das parlamentares trans e de todas as defensoras trans de direitos humanos, sendo estas pessoas as que mais configuram em dados de assassinatos, como veremos mais abaixo.

A democracia e os direitos individuais também são atingidos pela tal “ideologia de gênero”, ação orquestrada por alguns grupos religiosos na política. Embora se digam contra uma “ideologia”, eles atuam para frear retroceder em conquistas das políticas de gênero, tendo como central a pauta LGBTQIA+ e em especial das vidas transgêneras, e a prática referência defensores da família e da moral como os homens de bem dignos de confiança absoluta e, neste bojo, levam consigo diversas proposituras que interrompem a consolidação de valores básicos da democracia, como o tratamento equânime a todas as pessoas e a promoção, no ambiente escolar, do respeito à pluralidade e diversidade que deveriam caracterizar a humanidade e a vida em sociedade.

Tal atuação vem sendo praticada em executivos, organizações religiosas e territoriais, mas sobretudo na Assembleias Legislativas e Câmaras de Vereadores, que promovem uma perseguição as pautas de gênero e respeito à diversidade sexual. A própria palavra “gênero” vem sendo sistematicamente eliminada das proposituras legislativas quaisquer sejam, mesmo que não falem da população afeta, mas, por exemplo quando gênero seja associado a alimentos ou diversidade seja associada a pauta ambiental.

O fato é que tal narrativa propaga a orientação de que estas corpos são perigosas e devem ser eliminadas, em sessões de cura, ora médica, ora religiosa, que vem estimulando exorcismos, torturas psicológicas e agressões em ambientes familiares, religiosos e ate em comunidade terapêuticas e por eu não dizer que sejam elas estimuladoras de crimes de ódio como os assassinatos a pessoas LGBTQIA+.

Os relatórios da Associação Nacional de Travestis Transexuais (ANTRA) e do Grupo Gay da Bahia (GGB) com a ONG Acontece referente aos assassinatos de pessoas Trans e pessoas LGBTQIA+ respectivamente, referente ao ano de 2020 revelam que houve diminuição de assassinatos de pessoas cisgêneras da população LGBTQIA+, porem aumento das pessoas Transgêneras, coincidentemente no mesmo período em que a pauta da ideologia de gênero veem ganhando força nas

práticas cotidianas dos conservadores. De acordo com levantamento da ABGLT sobre a tramitação legislativa no Congresso Nacional, cerca de 80% das proposições negativas para os direitos LGBTQIA+ foram protocoladas a partir de 2016, ano do golpe moralista e grande parte deles a partir da eleição de Jair Bolsonaro, por sua base política.

Se analisarmos a frequente criminalização dos movimentos sociais perceberemos que esta prática também fortalece a perseguição de defensores e defensoras de Direitos Humanos. O presidente Jair Bolsonaro já fez declarações alarmantes sobre o ativismo no Brasil, como por exemplo no que se refere a defesa do Projeto de Lei apresentado em 2016 por seu filho, Eduardo Bolsonaro, que propõe criminalizar a “apologia ao comunismo” e o “fomento ao embate de classes sociais”, assim como já acumula diversas falas LGBTfóbicas, pelas quais já fora inclusive processado. Tal movimentação está intrinsecamente aliada a proposição paulista na ALESP do PL504 que tentava proibir a participação de pessoas LGBTQIA+ em propagandas, inclusive com forte perseguição a infância transgêneras. Tal proposição pretendia inclusive eliminar as propagandas de visibilidade dos movimentos sociais LGBTQIA+.

Outros recentes episódios desta perseguição são as ameaças as vereadoras trans que assumiram mandatos este ano de 2021. Entre alvejamentos em residência, ameaças de morte, ofensas nas redes sociais e invasão de gabinetes as ameaças não cessam, mesmo com denúncias internacionais promovidas pelas redes nacionais e ampla divulgação da mídia nacional. Duda Salabert (PDT-MG), Erika Hilton (PSOL-SP), Carolina Iara (PSOL-SP), Filipa Brunelli (PT-SP), Lins Roballo (PT-RS), Linda Brasil (PSOL-SE) e Benny Briolly (PSOL-RJ) que, inclusive, se retirou do país por conta das ameaças, configuram na lista das parlamentares que já relataram tais violências.

Os ataques são mensagens explícitas de que o conservadorismo opera para nosso recuo na conquista de espaços de poder e o temor de que estas existências sejam potentes remédios para cessar a prática eleitoreira e assassina denominada “ideologia de gênero”.

Buscando contribuir com a proteção de defensoras e defensores a ABGLT decidiu produzir este documento que busca apoiar a denúncia e a luta das ativistas LGBTQIA+ no Brasil e fortalecer nosso entendimento do contexto atual e esforços e necessidades na área de proteção.

METODOLOGIA DO DOSSIÊ

Por **Carlos Magno**

O nosso trabalho se baseou em busca ativa nos meios de comunicação tradicionais, na internet e redes sociais. Além disso, foi necessária uma investigação e pesquisa de profundidade para identificar nos casos de assassinatos de 2020, os que se enquadraram na categoria de defensor de direitos humanos.

A pesquisa se desenvolveu entre os meses de janeiro a dezembro de 2020 e, centralmente, foi através de clipping e recuperação de notícias de jornais impressos, digitais e blogs, entre outros. Além disso, as afiliadas da ABGLT, presentes em todos estados da federação, foram fundamentais, pois puderam contribuir divulgando informações locais e alimentando periodicamente a nossa base de dados.

É importante destacar que esse trabalho só foi possível por causa do comprometimento das organizações e movimento social LGBTQIA+, pois até o momento não temos nenhuma coleta dados oficiais de violência e assassinatos de LGBTQIA+ no Brasil. O governo continua negligente com a triste situação de violência extrema que convive os LGBTQIA+.



O esforço em catalogar os casos de assassinatos de militantes, ou seja, de defensores de direitos humanos, é uma iniciativa que nasceu fundamentalmente a partir de várias denúncias de casos de violências no contexto eleitoral, principalmente a eleição presidencial de 2018, em que atingiram negros, mulheres e LGBTQIA+.

Pode-se destacar ainda que esse é um trabalho pioneiro e certamente inacabado, espera-se, contudo, que sirva de pontapé para que a identificação e as denúncias de assassinatos de defensores de direitos humanos tornam-se uma ação política frequente, pois o Brasil é muito letal para os defensores de direitos humanos.

Militar na garantia dos direitos humanos no Brasil é colocar sua vida em extrema vulnerabilidade. Segundo o relatório da ONU sobre essa temática, um ativista é morto a cada oito dias no Brasil. De acordo com um levantamento do Alto Comissariado da Organização das Nações Unidas (ONU) para Direitos Humanos, 174 ativistas brasileiros foram executados entre 2015 e 2019.

Além disso, o papel da comunicação, imprensa, mesmo com algumas debilidades, foi fundamental. A maioria das informações só foi possível a partir do que saiu nos meios de comunicação. A internet é instrumento essencial para a nossa pesquisa, bem como os canais e redes sociais das organizações LGBTQIA+ em várias partes do país que trouxeram à tona os casos de assassinatos deram visibilidade e provocaram a busca de solução dos mesmos.



ANÁLISE DOS CASOS

Por **Carlos Magno** e **Symmy Larrat**

O trabalho que produzimos levantando os assassinatos em 2020 e a análise sobre a atuação das vítimas, nos aponta que as defensoras e defensores LGBTQIA+ no Brasil, vem sofrendo além da perseguição com a criminalização das suas práticas militantes e das ameaças, os assassinatos e a perda de ativistas interrompendo suas atuações e lutas contra a LGBTIfobia e as violações de direitos humanos. São vidas e são trajetórias que fazem muita falta a familiares e a todo movimento LGBTQIA+ brasileiro.

Os assassinatos são mais que perda significativas nas trincheiras, são tentativas de cessar a resistência da pauta arco-íris, pois a ausência de políticas públicas e regramentos nítidos para inclusão destas pessoas na política de proteção estatal ou internacional, visto que o Estado é parte desta violência, só aumenta o sentimento de impunidade e é combustível para o medo e a diminuição da prática ativista.

É urgente que intensifiquemos nossos processos formativos e organizativos mas que também inserimos em nossas pautas a construção de políticas de enfrentamento a tortura e medidas protetivas, além da rede de proteção e cuidado a esta população, políticas que vem sofrendo desmonte e extinção nos últimos 05 anos.

Sobre os assassinatos registrados, foram 07 no Brasil em 2020, 05 delas de mulheres trans e travestis e 02 de homens gays, confirmando a crescente perseguição as corpos transgêneras como já comentamos. 04 destes assassinatos ocorreram na residência das pessoas reforçando a vulnerabilidade em que estas pessoas defensoras se encontram e todos recheados de crueldade como espancamentos, facadas e estrangulamento mostrando o Status Quo da violência LGBTIfóbica e a prática do ódio.

Destacamos que uma das vítimas era uma travesti pré-candidata à eleição de 2020 em sua cidade. Outro dado alarmante é que já registramos em este ano até fim de maio 07 outros assassinatos, ou seja, este ano deverá ser ainda mais violento para nossas defensoras.

DEFENSORES DE DIREITOS HUMANOS ASSASSINADOS EM 2020



1

Selena Peixoto, Travesti, 37 anos

Dilermando de Aguiar/RS

Negra, líder religiosa de matriz africana. Assassinada a tiros dentro de casa em Dilermando de Aguiar/RS. Crime motivado pela compra de um cavalo o qual o comprador não aceitava suas cobranças.

2

Jurandi Silva, Travesti, 55 anos

Curitiba/PR

Responsável por uma pensão que acolhia travestis e mulheres trans profissionais do sexo. Foi assassinada a tiros na escada do estabelecimento de onde era proprietária, por um homem que supostamente estava em busca de hospedagem e alegou estar em busca de quarto.

3

Barbie Macon, Transexual, 34 anos

Salvaterra/PA

Pré-candidata a vereadora, ativista LGBTQIA+ na cidade, morta por estrangulamento. Foi encontrada em um matagal próximo de casa, sem seus pertences.

4

Morgana Ribeiro, Transexual, 37 anos

Santa Maria/RS

Mãe de Santo, Negra, militante, assassinada com pancadas na cabeça. Foi encontrada morta em sua residência.

5

Natasha Lobato, Transexual, 30 anos

Francisco Morato/SP

Profissional do sexo, aluna e voluntária do Instituto Nice. Morta com pancadas na cabeça (Politraumatismo), o corpo foi encontrado na casa da vítima. Suspeita-se que o assassino tenha sido um cliente.

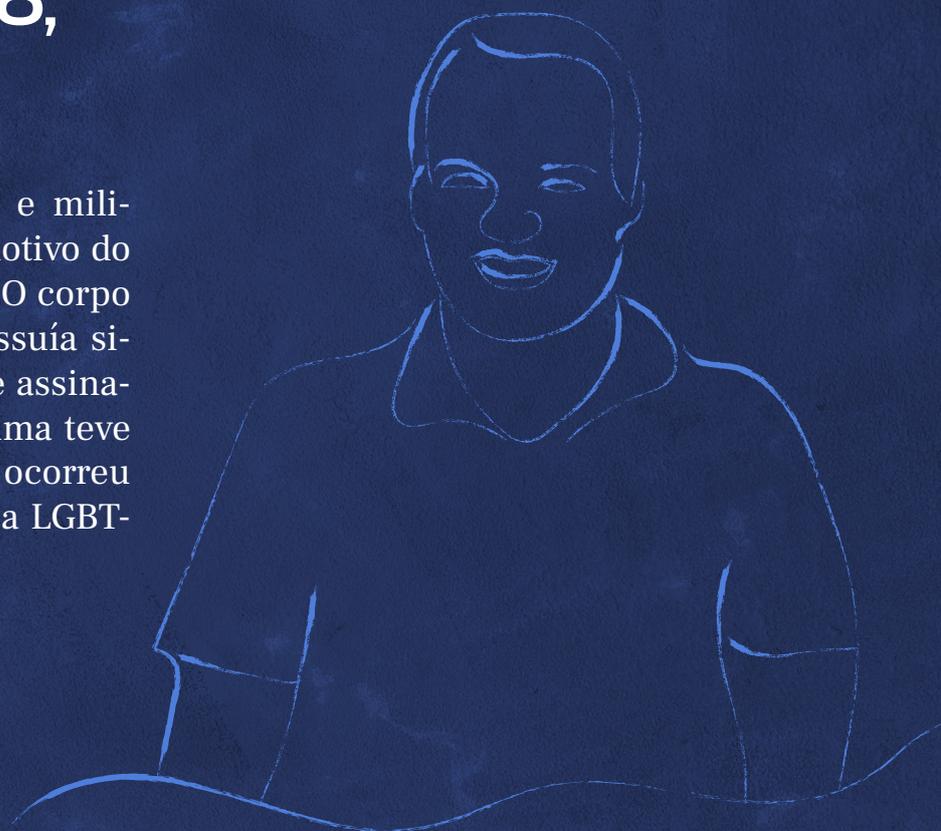


6

Gabriel Taciano, Gay, 33 anos

João Pessoa/PB

Pedagogo, agente socioeducativo e militante. O assassino alegou que o motivo do crime seria uma dívida de R\$500. O corpo foi encontrado em uma praia, possuía sinais de violência, com marcas que assinalam requintes de crueldade. A vítima teve seus pertences roubados. O crime ocorreu no Dia Internacional de Combate a LGBT-QUIAFOBIA.



7

Fabiano Mendonça, Gay, 35 anos

Formosa/GO

Professor, doutorando em ciências sociais e mestre em direitos sociais. Era uma personalidade conhecida por ter atuado no Conselho Municipal de Educação de Formosa e em trabalhos sociais. Foi torturado e morto com 16 golpes de punhal, teve seu corpo encontrado em uma estrada de terra. Vários pertences da vítima foram levados.



DEFENSORES DE DIREITOS HUMANOS ASSASSINADOS EM 2021 _____ 1º QUADRIMESTRE

1 Fernando Araújo, 26/01

Homem gay, 39 anos, pardo, trabalhador rural, sem-terra, militante camponês e único sobrevivente do Massacre de Pau D'Arco, ocorrido em 2017 durante operação das polícias civil e militar, e que vitimou 10 camponeses. Testemunha ocular principal desse massacre, Fernando era acompanhado pelo programa de proteção à vítima. Mesmo já recebendo ameaças, resolveu retornar para a Fazenda Santa Lúcia, em Pau D'Arco/PA, onde foi assassinado durante a noite com um tiro na nuca.





2 Ramon Santos, 03/02

Homem gay, 27 anos, pardo, assistente social e ativista LGBTI do Grupo Sol da Liberdade. O corpo foi encontrado por pescadores em uma área de mata em Salvaterra, Marajó/PA, com sinais de espancamento e com uma perfuração no pescoço, além de estar sem seus pertences. A polícia suspeita que o crime tenha sido praticado por um elemento conhecido da vítima, que foi buscá-la em uma motocicleta horas antes de sua morte.



3 Manuella Otto, 13/02

Mulher trans, 25 anos, parda, atriz, empresária e transativista política e social. Foi morta de madrugada por um soldado da polícia militar em uma pousada no centro de Manaus/AM, com dois tiros: um nas costas que atravessou o tórax, e outro no braço. Manu, como era conhecida pela maioria, foi uma personalidade conhecida por sua atuação no movimento trans do Amazonas.



4 Márcio Velloso, 31/03

Homem gay, 55 anos, pardo, cabeleireiro e integrava o Fórum LGBT de Maricá e Itaipuaçu. A vítima foi assassinada por um vizinho por volta de 12h, em seu apartamento, em Maricá/RJ. Foi um ataque tão brutal, que ele não resistiu e morreu no local.

5 Vida Bruno, 06/04

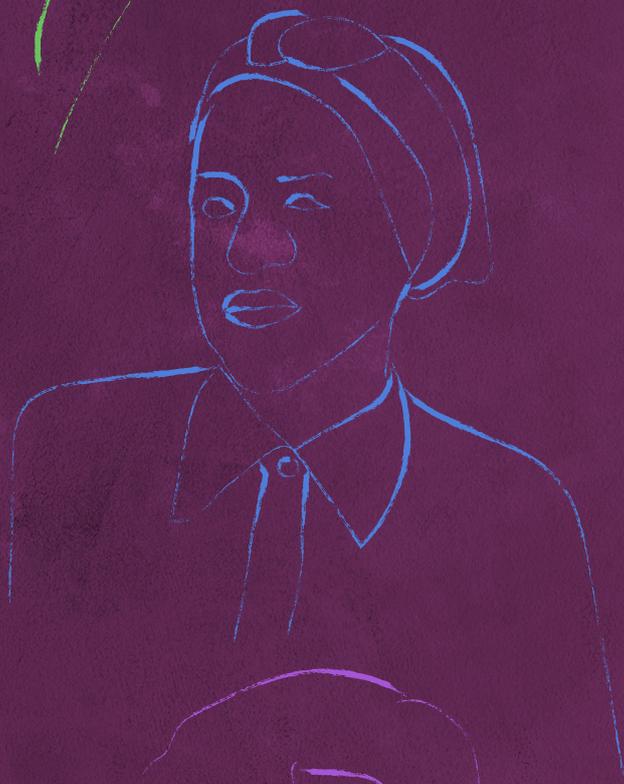
Homem trans, idade desconhecida, negro, professor, historiador e coordenador de políticas para cidadania LGBTI+ de Salvador/BA. Ele foi um dos criadores do Centro de Referência LGBT na capital. Em novembro de 2020, a vítima foi agredida em um bar com pancadas na cabeça e no corpo. Em decorrência disto, um hematoma na cabeça veio se agravando com o tempo, e causou um sangramento grave em Bruno, ocasionando o seu óbito.

6 Madalena Leite, 07/04

Mulher travesti, 64 anos, preta, ex vereadora e foi a primeira travesti a ocupar este cargo em Piracicaba. A vítima foi encontrada morta em sua casa em Piracicaba/SP, com diversas lesões na cabeça. Após mais de 20 anos como líder comunitária, elegeu-se em 2012, sendo uma figura muito popular na região, devido seus trabalhos sociais.

7 Lindolfo Kosmaski, 01/05

Homem gay, 25 anos, branco, professor, estudante de Licenciatura em Educação do Campo, ativista político e social. A vítima foi assassinada com dois tiros, e teve seu corpo carbonizado dentro do próprio carro, em São João do Triunfo/PR. Uma amiga conta que ele havia recebido ameaça de morte dias antes do crime.



ASSASSINATOS EMBLEMÁTICOS DE DEFENSORES DE DIREITOS HUMANOS

Nossa história de luta sempre foi de conviver com nossas perdas no ativismo, segue alguns casos emblemáticos de assassinatos de militantes ao longo da nossa história de luta.

• 1614

Tibira do Maranhão

Homem gay, indígena da tribo Tupinambá, é considerado o primeiro caso de homofobia registrado no Brasil. Tibira foi assassinado, com a anuência de religiosos da Igreja Católica em missão no Brasil. Aos pés do Forte de São Luís/MA, teve seu corpo amarrado pela cintura à boca da arma, e foi executado com um tiro de canhão, que separou seu corpo em duas porções.

Brenda Lee

Travesti, 48 anos, preta, ativista LGBTQIA+ e militante da luta contra AIDS. Morta com tiros na boca e pescoço, o corpo da vítima foi encontrado em um matagal em São Paulo/SP. O crime foi motivado pela descoberta de um golpe, por parte de um ex-funcionário de Brenda, que a assassinou após ser denunciado. Brenda é uma figura histórica do movimento LGBTQIA+, reconhecida por sua atuação no acolhimento de pessoas vivendo com HIV/AIDS e LGBTQIA+'s expulsos de casa.

1996 •

• **2005**

Adamor Guedes

Homem gay, 40 anos, preto e presidente da Associação Amazonense de Gays, Lésbicas e Transgêneros - AAGLT. Morto com uma facada no pescoço, em seu apartamento na Zona Sul de Manaus/AM. Segundo a família, não levaram pertences da vítima, o que levanta a dúvida de se tratar de um claro crime homofóbico. Adamor era uma figura muito conhecida por sua atuação em prol da militância LGBTQIA+.

• **2012**

Lucas Fortuna

Homem gay, 28 anos, pardo, jornalista, ativista político e fundador do Grupo Colcha de Retalhos, em defesa dos direitos LGBTQIA+. Seu corpo foi encontrado somente de cueca boiando na praia de Gaibu, em Cabo de Santo Agostinho/PE. A vítima foi assaltada por dois elementos, que o espancaram, esfaquearam e mataram por afogamento.

Sabrina Drummond

Travesti, 43 anos, parda e Presidente da Associação de Travestis e Transsexuais do Maranhão - ATRAMA. Foi assassinada a facadas por um indivíduo desconhecido enquanto realizava atividade de prevenção as IST/AIDS, fazendo distribuição de preservativos para outras travestis que faziam programa, na avenida Guajajaras em São Luís/MA.

André Pereira Santana

Homem gay, 28 anos, branco, PCD. Foi o primeiro delegado da Conferência Nacional LGBT. Foi assassinado por estrangulamento em seu próprio apartamento, em Canoas/RS, por um elemento que estava há alguns dias em sua casa, o qual mantinha relacionamento.

2009 •

2016 •

• **2017**

Karina Santos

Lésbica, 38 anos, preta, advogada, ativista e atuava na Associação das Prostitutas de Minas Gerais - Apros-mig. A vítima foi assassinada com três tiros enquanto manobrava seu carro. A execução ocorreu em Betim/MG. O autor dos tiros estava na garupa de uma moto, não foram levados nenhum pertence da vítima. Karina estava a caminho da entrega de prêmios de um evento contra a LGBTQIAfobia e tráfico de pessoas.

• **2018**

Raphaela Souza

Mulher transexual, 32 anos, preta, era do Coletivo Finas de Travestis e Transexuais e integrava o Conselho Estadual LGBT da Bahia. Foi assassinada com três tiros na cabeça e teve seus pertences roubados, em Vitória da Conquista/BA. A vítima era conhecida e respeitada por ser muito atuante nas causas sociais em defesa da cidadania das LGBTQIA+ da Bahia.

Matheusa Passarelli

Não binária, 21 anos, preta, ativista LGBTQIA+ e estudante de artes da UERJ. A vítima foi brutalmente assassinada. Atingida por dois tiros, esquartejada e queimada por traficantes. Após sair de uma festa em surto e desorientada, Matheusa chegou até o Morro do 18, na zona norte da capital do Rio de Janeiro/RJ, onde foi capturada e “julgada pelo tribunal do crime”.

Sandro Cipriano

Homem gay, 35 anos, branco, professor e Presidente da Rede LGBTQIA+ de Pombos. Teve seu corpo encontrado um dia após o Dia do Orgulho LGBTQIA+, na Zona da Mata, em Pombos/PE. Assassinado com um tiro na cabeça, seu corpo tinha diversas perfurações, além dos dois olhos arrancados. O assassino tinha envolvimento com a vítima, e após o crime, fugiu com diversos pertences da mesma.

2018 •

2019 •

LIBERDADE DE EXPRESSÃO

Por **Vitor Pelegrini***

A Carta Magna do Brasil, estabelece que o Estado é laico. Por aí vamos confrontar uma inconstitucionalidade ao deparamos com partidos reconhecidamente fundamentalistas religiosos que atuam para barrar, dificultar, negar, revogar direitos fundamentais dirigidos a população LGBTTTQI.

Se o artigo 113.1 rege que Todos são iguais perante a lei. Não haverá privilégios, nem distinções por motivo de nascimento, sexo, raça, profissões próprias ou dos Paes, classe social, riqueza, crenças religiosas ou ideias políticas, é inconstitucional as ações desta parcela de parlamentares fundamentalistas em não qualificar LGBTTTQI como “iguais” perante a lei.

Com essa acirrada perseguição a esta população muitos LGBTTTQI militantes/ativistas, sobretudo, da área da educação, vem sendo vitimados de ofensas verbais, retaliação trabalhista, entre outras coisas. Em muitas ocasiões, por conta do discurso de ódio proliferado por estes parlamentares alguns LGBTTTQI são violentamente atacados fisicamente e até mortos por seguidores destes parlamentares.

Toda luta contra qualquer tipo de discriminação tem que cumprir o seu papel em apontar para o óbvio: que as diferenças entre grupos humanos, os povos, não devem se sobrepor à humanidade de todos; entre estes grupos humanos também estamos nós lésbicas, gays, bissexuais, transexuais e travestis; merecedores dos mesmos direitos.

O reconhecimento das diferenças como ponto de partida a criar e fomentar ações de direitos civis e de políticas sociais e educacionais que almejam corrigir

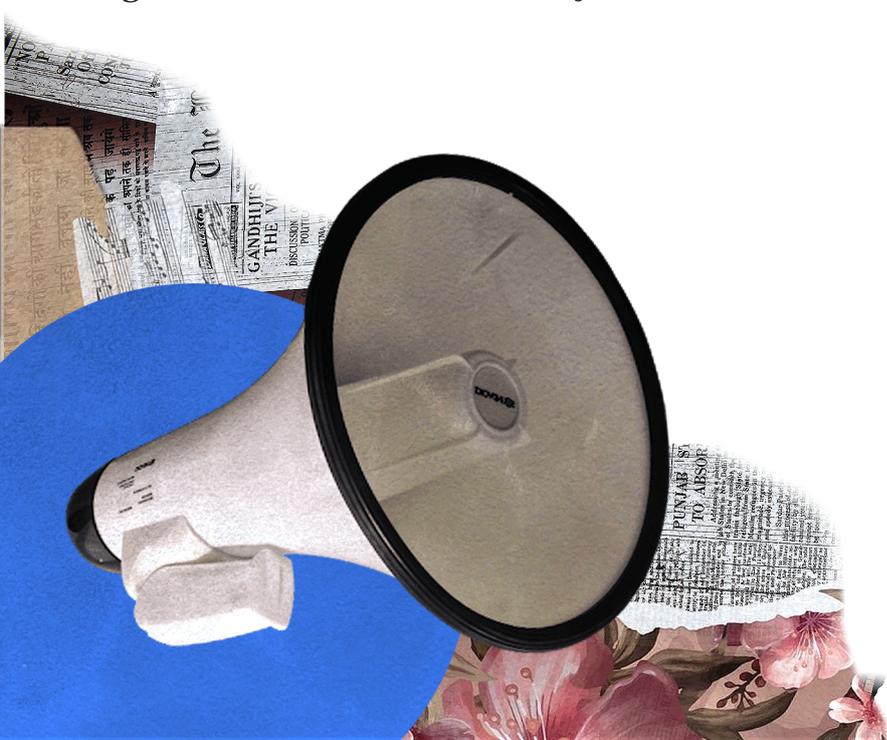
as desigualdades que a sociedade originou dentro de uma visão totalitária.

A ideologia opera por meio de ultrageneralização (ou esteriótipos) e do ocultamento de parcelas da realidade que são negadas para que o discurso ideológico faça sentido. Por esse viés é que corre de boca em boca que o negro é incapaz, violento, desordeiro, perigoso; que as pessoas LGBTQIA+ só vivem para a fornicação e as imoralidades, incapazes de uma educação para o convívio social.

É fundamental perceber que o processo de identificação implica que estejamos abertos a nos relacionar com aquilo que é diferente de nós: a dialogar com as diferenças, pois é a partir deste diálogo que incorporamos novos conteúdos a nós mesmos, abandonamos antigos, nos transformamos.

Foram os campos da religião e da filosofia que instituíram teorias definindo um modelo de humanidade, de racionalidade, de pensamento, de conduta que serviu como parâmetro para balizar todos os povos, hierarquizando-os de acordo com as categorias e os valores inventados por teóricos, filósofos e teólogos.

Em princípio, a liberdade de expressão, está garantida em lei, independente do seu conteúdo e do grau de aceitação do mesmo pelo governo e pela sociedade, no entanto este direito não é absoluto e está sujeito a limitações previstas nos artigos 13.2 e 13.5 da Convenção Americana.



O artigo 13.2 permite a liberdade de expressão, mas permite a atribuição de responsabilidade ulteriores. Já o artigo 13.5 estabelece que a lei deve proibir toda propaganda a favor da guerra, bem como toda apologia ao ódio nacional, racial ou religioso que constitua incitação à discriminação, à hostilização ao crime ou à violência. A CIDH, considera a luz dos princípios de interpenetração do tratados a apologia ao ódio contra pessoas por motivos de sua orientação sexual, identidade de gênero ou diversidade de corporal é contrário a Convenção Americana.

A ausência do reconhecimento legal da orientação sexual, da identidade de gênero e da diversidade corporal como motivos pelos quais de praticam a violência, tornam essa violência invisível aos olhos da lei, e, conseqüentemente, impedem o reconhecimento do alto grau de risco enfrentado pela população LGBT.

O racismo, homofobia e machismo são essencialmente orquestrados por uma ideologia ariana excludente.

A higienização social produz historicamente a exclusão social de pobres nas escolas e no trabalho, no lazer e no esporte entre outros espaços, sendo agravado quando se trata de pessoas negras LGBT.

Até que haja uma lei específica o Supremo Tribunal Federal enquadrrou a homofobia como crime no mesmo moldes de crime de racismo.

A ABGLT, com a justificativa de que ao não legislar sobre a homofobia e a transfobia, deputados e senadores estariam se omitindo inconstitucionalmente, por “pura e simples má vontade institucional”, encaminhou uma ação ao STF que em 13 de junho de 2019, julgou uma Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão (ADO 26), enviada à Corte em 2013 pelo PPS (Partido Popular Socialista), e o Mandado de Injunção (MI 4733).

*O **Professor Vitor Pelegrini**, do CAIC - Rede de Ensino no município de Campinas, efetuou um Trabalho de Diversidade e Gênero com seus alunos; por conta disso foi suspenso preventivamente, absolvido no processo depois de meses, mas amargou durante esse tempo além da sanção administrativa muitos comentários homofóbicos por partes de outros docentes religiosos, entenda evangélicos. Houve atos de protestos com iniciativas dos próprios alunos juntos com o movimentos social.



DIREITOS HUMANOS SÃO NOSSOS DIREITOS!

Por **Erika Hilton***

Toda violência é uma violência política. Os dados comprovam: o Brasil é o país que mais mata pessoas trans e travestis (sendo 80% delas, negras), 70% das vítimas de feminicídio são mulheres negras (cis e trans), o Brasil registra o terceiro maior número de mortes de defensores e defensoras de direitos humanos no mundo. Vivemos em uma sociedade LGBTfóbica, machista, racista e classista, que determina que nossos corpos são descartáveis. Esses são apenas alguns dados que demonstram que a violência política se torna uma política de morte contra os corpos abjetos e contra aqueles e aquelas que ousam se insurgir e denunciar essa lógica perversa.

A violência que sempre atingiu as pessoas LGBTQIA+ ganhou novos contornos com a chegada expressiva desses corpos às prefeituras e casas legislativas, após as eleições de 2020. Ainda em número insuficiente, mas certamente configurando um marco histórico, mais de uma centena de representantes dessa diversa comunidade estão exercendo seus mandatos. Nem todos são defensores dos Direitos Humanos – alguns até têm propostas bastante controversas e desalinhadas com nossas lutas históricas – mas para a maioria, o que se observa é que defender as condições de vida digna e o acesso a direitos básicos esbarra na própria existência e na de seus e suas semelhantes.

A resposta à histórica eleição de parlamentares LGBTQIA+, especialmente trans e travestis, veio logo: várias de nós sofremos ameaças, ataques e perseguições. Duda Salabert, em Belo Horizonte; Linda Brasil, em Aracaju; Benny Briolly, em Niterói; e eu, em São Paulo, pra citar algumas das nossas que diariamente enfrentam riscos para ocupar os cargos para os quais fomos democraticamente eleitas.

As ações de contra-ataque ao ódio devem ser estruturadas, bem pensadas e cuidadosas, mas também efetivas. Hackear o sistema e usar a institucionalidade, a mídia e o judiciário é fundamental. No começo do ano, anunciei que iria processar mais de 50 proprietários de perfis que me ofenderam ou ameaçaram nas redes sociais, com posts transfóbicos e racistas. Assim foi feito e os casos estão sendo investigados pela polícia. Essa estratégia (que obviamente sei que não está acessível a todas, pois acessar o sistema judiciário é difícil, caro e excludente) demarca um lugar e manda uma mensagem para os agressores: não vamos tolerar que nos intimidem. Não ficaremos acuadas nem escondidas. Gente é pra brilhar e ninguém tem o direito de ocultar nossas trajetórias!

O aumento da visibilidade e atuação em espaços políticos cada vez mais ocupados por ativistas LGBTQIA+, num país onde o autoritarismo político e a cultura de discriminação são estruturais, revela os riscos aos quais esses agentes estão expostos. Como mencionei no início do texto, em 2020 o Brasil ocupou o terceiro lugar no ranking de assassinatos de ativistas e defensores dos direitos humanos e do meio ambiente. Os dados são do relatório “Defender o amanhã: A crise climática e as ameaças contra os defensores do meio ambiente e da terra” divulgado pela ONG Global Witness.

A violência política consiste em atos de agressão verbal, física e psicológica em vez do uso diálogo e do respeito às diferenças que são imprescindíveis para se viver em democracia. O crescimento dessas violências também foi revelado em um estudo realizado pela ONG Terra de Direitos e Justiça Global. No período em que o estudo foi feito, de 1º de janeiro de 2016 até 1º de setembro de 2020, foram registrados 327 casos de violência, entre eles assassinatos, atentados, ameaças e agressões. O maior índice de agressões ocorreu após as eleições de 2018, com o crescimento e chegada ao poder do discurso e projeto político da extrema direita.

Em 2019, a revista Gênero e Número realizou a pesquisa “Violência contra LGBTs+ nos contextos eleitoral e pós-eleitoral”, entrevistando 400 pessoas, nas cidades do Rio de Janeiro, São Paulo e Salvador. Do total, 51% dos entrevistados revelaram ter sofrido violências (verbal e física), mais de 75% revelarem ter percebido um aumento das violências contra seus grupos (Travestis e Transexuais, Lésbicas e Gays) e 98,5% dos entrevistados afirmam que o discurso promovido por candidaturas contrárias aos direitos das pessoas LGBTQIA+ contribuiu para o aumento da violência direcionada a esta população nas redes sociais. Dados como os levantados por esta pesquisa revelam a vulnerabilidade e insegurança, mesmo quando estamos ocupando lugares de destaque na institucionalidade.

Não posso deixar de registrar aqui o pesar e a revolta pelo recente assassinato da ex-vereadora Madalena Leite, primeira travesti eleita para o legislativo municipal em Piracicaba, no interior de São Paulo. Mulher trans, negra e líder comunitária, Madalena era querida e respeitada por seu trabalho social. Ela já havia desistido de se candidatar à reeleição, no último pleito, justamente por causa das ameaças que havia sofrido e que infelizmente se concretizaram de forma bárbara e cruel. O crime aconteceu poucos dias depois da minha eleição para a presidência da Comissão de Direitos Humanos da Câmara Municipal de São Paulo, onde disponho de mais instrumentos para fiscalizar e incidir contra abusos, violências e violações.

É preciso uma mudança imediata. Não podemos naturalizar e aceitar o ódio como algo normal em nossa sociedade. O que é normal e natural é a diversidade. A diversidade é rica, humana e faz parte da democracia. Ela agrega, traz outras perspectivas e nos possibilita compreender o nosso mundo e o mundo como um todo. Mas na contramão dessa ideia, o que vemos é a violência contra a comunidade LGBTQIA+ crescendo de forma avassaladora. E essas agressões partem de todos os lugares: da sociedade civil, das casas legislativas, da Presidência da República. É inadmissível ver representantes eleitos pelo povo estimulando o ódio contra um segmento historicamente massacrado e alijado de seus direitos mais fundamentais. As pessoas LGBTQIA+ existem e precisam ser respeitadas! Somos parte da sociedade brasileira. Somos munícipes, somos cidadãos, e não podemos continuar sendo atacadas, apedrejadas, alvejadas e executadas, como aconteceu com Lindolfo Kosmaski, ativista LGBTQIA+ do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, que foi assassinado e teve o corpo carbonizado no Paraná, enquanto eu escrevia esse texto.

É urgente nos reorganizarmos para, pedagogicamente, contra-atacar e resgatar os valores dos direitos humanos, os direitos universais, a partir da luta concreta da nossa cidade, hackeando os todos espaços para denunciar violações de nossos direitos e criar mecanismos de prevenção e superação das mazelas e violências contra as maiorias sociais minorizadas. É urgente cobrar o poder público, para que sejam desenvolvidas ações que visem combater essas violências, punir aqueles que as praticam e garantir a proteção e a integridade dos ativistas em geral. Como disse a saudosa Marielle Franco: não seremos interrompidas!

***Erika Hilton** é vereadora e presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara Municipal de São Paulo. Negra e transvestigênera, foi a mulher mais bem votada em 2020 em todo o país, a mais votada do PSOL e é a primeira mulher trans nominalmente eleita para o cargo, com mais de 50 mil votos. É ativista dos Direitos Humanos, na luta por equidade de oportunidades e direitos para a comunidade LGBTQIA+, para a população negra, e pela valorização das iniciativas culturais jovens e periféricas.

O ASSASSINATO DE DEFENSORES DE DIREITOS HUMANOS TRANS

Por **Bruna Benevides** e **Symmy Larrat**

Exclusão familiar e abandono social, empobrecimento, processos de precarização e vulnerabilização, dificuldade no acesso a políticas públicas ou ausência delas, invisibilidade, prostituição como fonte primária de renda, falta de acesso ao mercado formal de trabalho, baixa escolarização, altos índices de violência e assassinato, transfobia institucional, baixa representação política, ataques nos direitos conquistados e dificuldade de acesso a garantias fundamentais formam o cenário onde a maioria das pessoas trans vivem.

Tal realidade, por sua vez, faz da luta por direitos humanos uma realidade vital e muitas pessoas trans têm se destacado e feito a diferença em territórios e comunidades, atuando como defensoras de direitos humanos. O aumento das violações presentes em 2020, agravadas pela pandemia da COVID-19 e pela falta/omissão de ações do Estado trazem ainda maior importância e maiores desafios à luta de defensoras de direitos humanos trans.

Além das violências que apresentamos no decorrer dessa pesquisa, é nítido que os assassinatos de travestis e transexuais no Brasil também envolve o de defensoras de direitos humanos. A partir de 2020, resolvemos agregar informações e um olhar específico sobre o assassinato de travestis, mulheres e homens trans e demais pessoas trans, defensoras e defensores de direitos humanos, que atuam na agenda política de reconhecimento e defesa dessa população.

De acordo com a Declaração das Nações Unidas sobre Defensoras e defensores de Direitos Humanos, defensora ou defensor de direitos humanos é qualquer pessoa, grupo ou órgão do Estado que trabalhe pela promoção e proteção dos direitos humanos. Trata-se de definição ampla que compreende pessoas profissionais de direitos humanos e não profissionais, ativistas, militantes, comunidades, povos, movimentos sociais, jornalistas e qualquer outra pessoa, coletivo ou órgão estatal que desenvolva, mesmo que ocasionalmente, uma atividade de direitos humanos.

Uma definição ampla de direitos humanos é também adotada no âmbito das instituições e das organizações da sociedade civil brasileira. Nesse sentido, no Brasil, são consideradas defensoras e defensores de direitos humanos todos os indivíduos, grupos, organizações, povos e movimentos sociais que atuam na luta pela eliminação de todas as violações de direitos, pelas liberdades fundamentais, pelos direitos individuais e coletivos de pessoas, grupos, coletivos, movimentos, povos e comunidades. Incluem-se aqui aquelas e aqueles que buscam a conquista de novos direitos individuais e coletivos, políticos, sociais, econômicos, culturais e ambientais que ainda não assumiram forma jurídica ou definição conceitual específica.

São igualmente contempladas por esta definição as pessoas que resistem politicamente aos modelos de organização do capital, às estratégias de deslegitimação e criminalização do Estado e à ausência de reconhecimento social de suas demandas. São formas de resistência que, não se limitando às vias jurídicas e institucionais vigentes, remetem-se à ampliação de esferas de reconhecimento e legitimação no âmbito social, cultural, econômico, político e jurídico.

Para além das definições sobre o que é ser um/a defensor/a de direitos humanos existentes em documentos formais e desenvolvidos por organizações de luta pelos direitos humanos, trabalharemos ainda sob a perspectiva de que, assim como a interseccionalidade, a categoria defensora/defensor de direitos humanos) é mais que um conceito teórico. Trata-se de uma categoria que pode ajudar a desenvolver ferramentas metodológicas para a construção de análises nos casos de violência e violação de direitos identificados.

Temos observado, desde 2016, um constante aumento de violência no país e um recrudescimento da violência contra defensoras e defensores de direitos humanos. São pessoas mais expostas à violência e à violação de direitos, não só porque estão à frente da luta pela proteção dos direitos de grupos minorizados, mas, também, porque, em sua maioria, são integrantes desses grupos. Por outro lado, assiste-se a um retrocesso nas políticas de proteção desses defensores. Acreditamos que exista uma aliança entre quem ocupa cargos de gestão e a estrutura do Estado que tem potencializado o crescimento de uma agenda antidireitos humanos, legitimando posturas conservadoras antidireitos dos grupos minorizados e reforçando narrativas racistas, misóginas, anticientíficas e LGBTIfóbicas.

O trabalho de visibilidade dessas violências tem se revelado cada vez mais importante. Atualmente, não se trata apenas de confrontar processos de estigmatização de defensoras e defensores. A publicização de dados e informações sobre as violências e situações de violação enfrentadas por essas defensoras tem sido uma estratégia importante na luta contra a criminalização e contra tentativas de encerrar a defesa de direitos no campo da ilegalidade. No mesmo sentido, é preciso reagir contra uma enxurrada de desinformação e notícias falsas cujo principal resultado é tornar legítima a violência contra certos grupos da sociedade e contra quem se engaja na defesa dos direitos desses grupos.

Esse desafio é ainda maior no caso das defensoras trans, visto que fazer parte do grupo mais vulnerabilizado dentre os grupos minorizados se torna um fator de agravamento frente às questões estruturais que mantêm a violência contra mulheres, população negra, LGBTI e outros grupos - especialmente pela ausência de políticas específicas para enfrentar os problemas que impedem o acesso à cidadania da população trans, a extensão territorial do Brasil, o apagão de dados promovidos pelo governo federal, a falta de fontes governamentais e esvaziamento de políticas de proteção.

Como apontam os dados deste dossiê, os assassinatos de pessoas trans em 2020 aumentaram em todos os cenários quando comparados aos mesmos períodos de 2019, ultrapassando a globalidade dos casos registrados em todo o ano de 2019 (124 casos em 2019; 175 casos em 2020). Houve, ainda, aumento na maior parte dos estados de casos de feminicídio e violência doméstica, assim como se verificou a ausência de ações para a proteção das vítimas do coronavírus, especialmente entre indígenas e quilombolas. Surpreende, igualmente, o aumento da taxa de homicídios entre jovens negros.

Mulheres defensoras são mais suscetíveis a sofrerem violência sexual, agressão física na esfera privada, violência contra familiares, exposição online e silenciamento público. Há, ainda, a violência no ambiente virtual e perseguição dos direitos sociais que vinham sendo alcançados ao longo dos últimos anos. No caso de defensores LGBTI+, há uma constante tentativa de atribuição de culpa às vítimas, que enfrentam constante deslegitimação de sua atuação em decorrência de estigmas e tabus atribuídos a população LGBTI+.

Pessoas trans defensoras de direitos humanos convivem com o estigma da prostituição como lugar de vulnerabilidade e marginalidade. O mito da “travesti violenta”, por sua vez, é utilizado para responsabilizar a vítima pelo seu próprio assassinato, visto que as práticas policiais e judiciais – de modo geral – operam sob uma lógica transfóbica comprometida por valores morais dos operadores e pela própria transfobia institucional presente nas instituições de segurança.

Como resultado, no caso de assassinatos de pessoas trans, é baixíssimo o índice de identificação de suspeitos, prisões, investigações e inquéritos que culminem em condenação das pessoas responsáveis. A impunidade é uma ferramenta eficaz de perpetuação da violência. A subnotificação dos casos também colabora para a violência. Como vem sendo insistentemente denunciado, a subnotificação não é uma falta de política de produção de dados por parte do Estado; ela é, em si, uma política de Estado ativa que reproduz a violência a partir da ocultação de sua existência. Num cenário de alarmante violência contra a população LGBTI+, não há dados governamentais sobre a violência LGBTIfóbica no país em pelo menos 15 estados e no DF, como denunciado no Atlas da violência 2020.

Outro fator relevante é que a permanente incitação à violência pelo presidente Jair Bolsonaro e sua base (ministros e outros integrantes do governo federal, aliados e seguidores do bolsonarismo) contra segmentos específicos da população – mulheres, pessoas LGBTI+, profissionais de imprensa, indígenas, população afrodescendente, quilombolas e outros – gera um ambiente de legitimação e disseminação entre a população de atos de violência contra estes grupos.

Este contexto reforça a insegurança vivida por defensoras e defensores ameaçados e vítimas de violência. A solução de inserção da defensora ou do defensor em um programa de proteção executado por um governo que se posiciona contrário aos direitos destas populações gera um dilema de difícil solução e torna a resposta de proteção por parte do Estado incrível. Para uma pessoa trans, que já enfrenta diversos desafios no transcurso do dia a dia, vivendo no país que mais assassina pessoas trans do mundo e que, nesse ano, apresentou aumento nos índices de violência, admitir o papel de desempenhar a luta pelo direitos humanos representa um aumento do risco e das chances de ser assassinada/o - principalmente em um país onde ativistas, coletivos, instituições e entidades de defensoras e defensores de direitos humanos não são devidamente protegidas, como é o caso do Brasil.

Observamos a existência de uma organização *cistêmica* que estrutura e organiza a violência contra defensoras e defensores de direitos humanos no Brasil, no sentido de silenciar, calar denúncias, interromper processos de resistência e de organização de frentes de reação contra o cenário político contra direitos humanos e de retrocessos em políticas públicas.



RECOMENDAÇÕES

Por **Gustavo Coutinho**

Recomendações para o aperfeiçoamento da política de proteção

- Implementar o Plano Nacional de Proteção às Defensoras e Defensores de Direitos Humanos;
- Ampliar a estrutura e o orçamento do Programa de proteção de defensores de Direitos Humanos;
- Criar, no âmbito do PPDDH normativa acerca da garantia e promoção da proteção de Defensores de Direitos Humanos LGBTQIA+;
- Garantir que haja participação da sociedade civil em espaços de acompanhamento e avaliação das políticas de proteção a defensoras e defensores;
- Ampliar as parcerias nos estados federados e buscar novas formas de execução da política de proteção às defensoras e defensores;
- Articular políticas que possibilitem assistência médica, psicológica e previdenciária às defensoras e defensores atendidas(os) pelo PPDDH.

Ao Estado Brasileiro

- Garantir investimentos a rede de proteção as LGBTQIA+ nos Estados e Municípios;
- Instituir política de abrigamento, com investimento que seja direcionado a população LGBTQIA+;
- Retomada dos conselhos extintos, como CNCD-LGBT, tal como atuavam, garantindo a participação paritária da sociedade civil e a transversalidade de pautas ministeriais;
- Garantia do cumprimento imediato da decisão do STF que criminaliza a Homofobia e Transfobia, abarcadas na legislação anti racismo, com orientações as unidades da federação;
- Criação de normativas sobre atendimento a população LGBTQIA+ no sistema de segurança pública, que vise o atendimento, produção de indicadores (orientação sexual, identidade de gênero, nome social, motivação LGBTfóbica);
- Criação de procedimento operacional padrão sobre a investigação de crimes LGBTfóbicos;
- Instituição da Política Nacional de promoção da cidadania LGBTQIA+ que constitua rede de proteção e acolhimento a pessoas LGBTQIA+ em situação de violência;
- Fazer valer a tipificação da homotransfobia de acordo com a lei antirracismo no sistema de segurança pública.

Ao Poder Legislativo

- Garantir a criação e o estabelecimento da política de proteção a defensoras e defensores por meio de lei;
- Garantir a criação Política Nacional de promoção da cidadania LGBTQIA+ que constitua rede de proteção e acolhimento a pessoas em situação de violência;
- Garantir aprovação de legislação que garanta a integralidade da decisão do STF acerca da homotransfobia.

Ao Sistema de Justiça

- Que operadores de justiça fundamentem seus processos e decisões judiciais nos princípios da garantia dos direitos humanos e dos direitos à liberdade de expressão e manifestação das(os) defensoras e defensores de direitos humanos, abstenendo-se de aplicar legislações que contrariem esses princípios e criminalizem a luta das(os) defensoras e defensores;
- Monitorar e acompanhar as ações judiciais e inquéritos policiais que envolvam defensoras e defensores, para garantir a apuração das violações e ameaças;
- Estimular a aplicação da tipificação e julgamento de ações relacionadas a homotransfobia.

